

Ricardo Villas Bôas Cueva
Paulo Henrique dos Santos Lucon
Cássio Telles Ferreira Netto
Luís Antônio Giampaulo Sarro
Luis Fernando Crestana
Vivien Lys Porto Ferreira da Silva
Coordenadores

ARBITRAGEM & SEGURO

Adilson Neri Pereira, Agatha Lopes Mateus, Ana Cândida Menezes Marcato, Ana Paula Piazza Aguilar, André Gustavo Salvador Kauffman, Andreza Tomim Kamimura, Angélica Carlini, Anne Caroline Wendler, Antonio Carlos Marcato, Bárbara Bassani de Souza, Bruno Campos Silva, Daniel Penteado de Castro, Eduardo Talamini, Elias Marques de Medeiros Neto, Felipe Barreto Marçal, Felipe Bastos, Fernando Figueiredo Ponzini, Fernando Gama de Miranda Netto, Flávia Pereira Hill, Flávio Luiz Yarshell, Flávio Tartuce, Helena Lanna Figueiredo, Henrique Pires Arbache, Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Humberto Theodoro Júnior, Janaína Andreazi, Jorge Tosta, José Américo Zampar Júnior, Juliana Carolina Frutuoso Bizarria, Júlio César Guzzi dos Santos, Lucas Henrique de Lucia Gaspar, Lucio Picanço Facci, Marcelo Barreto Leal, Marcelo Miranda Caetano, Márcio Souza Guimarães, Mauricio Conde Tresca, Maurício Salomoni Gravina, Monica Costa, Nathaly Campitelli Roque, Paulo Dias de Moura Ribeiro, Paulo Henrique Cremonese, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Pedro Cavalcanti Rocha, Pedro Ivo Mello, Rafael Oliveira de Miranda, Rafael Stefanini Auiló, Rennan Thamay, Rodrigo dos Santos Igrejas Filgueiras, Ronaldo Guimarães Gallo, Sergio Ruy Barroso de Mello, Victor Willcox, Viviane Rosolia Teodoro

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

CUEVA, RICARDO VILLAS BÔAS. LUCON, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS. NETTO, CÁSSIO TELLES FERREIRA. SARRO, LUÍS ANTÔNIO GIAMPAULO. CRESTANA, LUIS FERNANDO. DA SILVA, VIVIEN LYS PORTO FERREIRA. COORDENADORES

Arbitragem & Seguro.

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Arbitragem & Seguro - 1ª ed. - São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-241-0

1. Arbitragem; 2. Seguro; 3. Processo Arbitral; 4. Sub-rogação; 5. Garantia Arbitral; 6. Contrato de Seguro; 7. Resseguro; 8. Cláusula Compromissória.

1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Paulo Henrique dos Santos Lucon	21
Prefácio por Ricardo Villas Bôas Cueva	25
Apresentação (Associação Internacional de Direito de Seguro)	27

I. Arbitragem e Seguro, 31

Adilson Neri Pereira

1. Introdução	31
2. A arbitragem como prerrogativa do segurado	33
3. A habitualidade como determinante pragmática	35
4. Conclusões.....	40
Referências bibliográficas	41

II. Seguro Garantia Arbitral e a Administração Pública, 43

Agatha Lopes Mateus e Andreza Tomim Kamimura

1. Breve histórico.....	43
2. Dos Direitos Patrimoniais Disponíveis.....	45
3. Distinção entre arbitrabilidade e escopo da convenção de arbitragem	47
4. Da publicidade e confidencialidade.....	48
5. Da escolha isonômica dos árbitros	50
6. Do Seguro Garantia Arbitral e a Administração Pública	51
6.1. Das Condições Contratuais do Seguro Garantia Arbitral	53
7. Das Considerações Finais.....	57
8. Referências Bibliográficas	59

III. A Escolha pela Jurisdição Estatal e a Perda da Convenção de Arbitragem (análise crítica do REsp 1.894.715), 61

Janaína Andreazi e André Gustavo Salvador Kauffman

1. O problema.....	61
2. O REsp 1894715 e seus fatores determinantes	63
3. O CPC-15 e renúncia ao juízo arbitral	67
4. O fundamento do acórdão e seu risco de generalização	71
5. O uso da arbitragem nos contratos de seguro	74
6. Considerações finais.....	77
7. Referências.....	78

IV. Procedimento Arbitral nas Relações Securitárias: Uma Análise à Luz do Projeto de Lei do Contrato de Seguro (PLC n. 29/2017), 81

Anne Caroline Wendler

Introdução	81
1. Noções gerais da arbitragem	82
2. Contrato de seguro	87
3. A impossibilidade de escolha da lei aplicável para solução de conflitos de seguros no âmbito da arbitragem, segundo o PLC n. 29/2017	91
Considerações finais	96
Referências	97

V. Considerações sobre o Processo Arbitral, 99

Antonio Carlos Marcato e Ana Cândida Menezes Marcato

I. A competência e a extensão da atuação do juízo arbitral	99
II. O dever de revelação do árbitro	100
III. O dever de revelação do árbitro na jurisprudência do STJ.....	105
IV. Sentença <i>citra petita</i> e Sentença parcial	108
Referências bibliográficas	109

VI. Arbitragem, Mediação e (Res)seguros, 111

Bárbara Bassani de Souza, Elias Marques de Medeiros Neto e Monica Costa

1. Introdução	111
2. Contexto Normativo.....	111
2.1. Visão Geral.....	111
2.2. Seguros Massificados	114
2.3. Seguros de Grandes Riscos.....	116
2.4. Resseguro.....	117
3. Principais Discussões	118
4. Arbitragem	119
5. Mediação	124
6. Considerações Finais	128
7. Referências Bibliográficas	129

VII. Da (Im)possibilidade de Transmissão da Cláusula Compromissória à Seguradora por Força da Sub-rogação, 131

Daniel Penteado de Castro e Rafael Oliveira de Miranda

1. Introdução	131
2. Sub-rogação Pessoal no Contrato de Seguro de Dano.....	132
3. Diferenças entre Sub-rogação Convencional, Legal e Cessão de Crédito.....	135
3.1. Sub-rogação Como Instituto Voltado à Proteção do novo Credor e como Ato-fato Jurídico	135
3.2. Sub-rogação Legal, Convencional e Cessão de Crédito.....	136
4. Interpretação do Art. 786 do Código Civil.....	139
5. A Cláusula Compromissória como Negócio Jurídico Processual	143
6. Impossibilidade da Transmissão da Cláusula Compromissória no Caso de Sub-rogação pelo Seguro.....	146
7. Considerações Finais	149
8. Referências.....	150

VIII. Negócios Processuais: Sub-Rogação da Seguradora – Primeira Parte: Convenção de Arbitragem, 153

Eduardo Talamini

1. Introdução	153
2. O instituto da sub-rogação pessoal	160
3. A sub-rogação do segurador	164
4. O efeito principal da sub-rogação.....	168
5. Improcedência dos argumentos contrários à sub-rogação da convenção arbitral.....	171
5.1. A transferibilidade das posições jurídico-processuais.....	172
5.2. O sub-rogado não é terceiro. Sucessão. O papel do consentimento na sub-rogação	175
5.3. Ausência de caráter personalíssimo	182
5.4. A fonte do direito do segurador	183
5.5. Autonomia da convenção arbitral	183
5.6. Irrelevância da inexistência de “cessão de posição contratual”	184
5.7. Acesso à justiça	186
5.8. Os limites do art. 786, § 2º, do Código Civil.....	188
Referências bibliográficas	188

IX. A Escolha do Direito Aplicável à Arbitragem nas Hipóteses de Divergência sobre o Instituto Jurídico Regulado: Direito Material x Direito Processual, 193

Felipe Barreto Marçal

Introdução	193
1. A escolha do direito aplicável à arbitragem.....	194
2. Normas processuais e normas de direito material (materiais)	198
3. Exemplos de normas de classificação “cinzenta” (material x processual)	201
4. Como resolver o problema sobre a indefinição do regime jurídico aplicável aos institutos situados nessa “zona cinzenta”? A importância da convenção de arbitragem	204
Conclusão	206
Referências bibliográficas	207

X. Sentença Arbitral Proferida em Disputa entre Tomador e Segurado em Seguro Garantia – Eficácia da Sentença e Autoridade da Coisa Julgada sobre Seguradora Terceira, 211

Felipe Bastos

1. Introdução	211
2. Seguro Garantia: Estrutura, Função e o seu Caráter Acessório.....	213
3. O Roteiro Padrão de um Conflito entre Tomador e Segurado.....	214
4. Os Efeitos Naturais <i>Ultra Partes</i> da Sentença	218
5. A Eficácia da Sentença Arbitral sobre a Seguradora e suas Variações.....	224
6. Casuística.....	227
7. Conclusões.....	233
8. Referências bibliográficas	235

XI. Contratos de Seguro, Cláusula Compromissória e a Sub-Rogação da Seguradora, 237

Rodrigo dos Santos Igrejas Filgueiras e Fernando Figueiredo Ponzini

1. Introdução	237
2. Arbitragem: conceito, vinculação e transmissibilidade da cláusula compromissória	239
3. Contrato de seguros: características e peculiaridades	242
4. Sub-rogação no Direito Civil e, em especial, em Contratos de Seguros.....	244
5. A sub-rogação da Cláusula Compromissória em Contratos de Seguros.....	248

6. Conclusão.....	253
7. Bibliografia	254

XII. A Arbitragem Expedita como Método Adequado para a Solução de Litígios Securitários, 257

Flávia Pereira Hill

1. O sucesso da arbitragem no Brasil e a sua justa valorização no CPC/2015	257
2. Arbitragem expedita como método adequado para resolução de conflitos de médio porte.....	261
3. Vantagens.....	262
4. Conteúdo econômico máximo	263
5. Consentimento das partes.....	264
6. Produção de provas	265
7. Nomeação do árbitro: prevalência de árbitro único.....	266
8. Dever de revelação (<i>duty of disclosure</i>): a valorização da imparcialidade do árbitro	268
9. Tentativa inicial de acordo	269
10. Alegações iniciais do autor.....	269
11. Intimações e comunicações por meio eletrônico	270
12. Pedido contraposto	271
13. Resposta.....	271
14. Audiência.....	271
15. Alegações finais.....	272
16. Sentença arbitral.....	272
17. Pedido de esclarecimentos	273
18. Taxa de administração e honorários do árbitro	274
19. A arbitragem expedita como método adequado para solucionar litígios decorrentes de contrato de seguro	274
20. Arbitragem nos cartórios extrajudiciais: PL nº 5243/2009	280
21. Conclusão	280
Referências	282

XIII. Notas sobre a Transmissão da Convenção de Arbitragem à Seguradora em Caso de Sub-Rogação, 285

Flávio Luiz Yarshell e Rafael Stefanini Auilo

1. Introdução	285
2. A extensão da convenção de arbitragem a parte não signatária	286

3. A sub-rogação no Direito civil e, mais especificamente, nas relações securitárias.....	291
4. A transmissão da convenção de arbitragem à seguradora em razão da sub-rogação nos direitos do segurado.....	294
5. Conclusão.....	301
6. Bibliografia.....	302

XIV. A Sub-Rogação da Seguradora em Contrato em que Há Cláusula Compromissória de Arbitragem, 305

Flávio Tartuce e Angélica Carlini

1. Introdução.....	305
2. Aspectos Gerais e Específicos da Sub-Rogação em Seguros.....	306
3. Interpretação do Artigo 786 do Código Civil e Cláusula Compromissória em Arbitragem.....	320
4. Considerações finais.....	327
Referências.....	327

XV. O Seguro Garantia Arbitral, 329

Henrique Pires Arbache

Introdução.....	329
Seguro garantia arbitral: conceito e finalidade.....	329
Função social do seguro garantia arbitral e a importância da adoção de cautelas no provisionamento pra evitar a ocorrência de sinistros.....	331
Partícipes do seguro garantia arbitral.....	333
Hipóteses frequentes de riscos excluídos.....	334
Sinistro e expectativa.....	336
Considerações finais.....	337
Referências bibliográficas.....	338

XVI. Intervenção do Poder Judiciário na Arbitragem Securitária e o Reprovável Desequilíbrio no Cálculo do Risco, 341

Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Pedro Cavalcanti Rocha

1. A arbitragem como método adequado de resolução de disputas.....	341
2. A não intervenção do Judiciário na arbitragem como pilar de segurança jurídica do instituto.....	343

3. O <i>Standard</i> para afastamento da convenção arbitral nas demandas securitárias deve ser mais rígido	348
3.1. Seja pelo refinamento matemático do cálculo do risco.....	348
3.2. Seja pela adequação do método às demandas securitárias	351
4. Conclusões.....	354
Referências bibliográficas	356

XVII. Substituição Processual e Litispêndência na Arbitragem, 359

Humberto Theodoro Júnior e Helena Lanna Figueiredo

1. Introdução	359
2. Legitimação. Substituição processual e litispêndência	362
2.1. Legitimidade <i>ad causam</i> e substituição processual	362
2.2. Litispêndência.....	364
I. Caracterização.....	364
II. Efeitos da litispêndência em situações de substituição processual.....	367
3. O acionista minoritário e a legitimação de agir no âmbito da sociedade anônima	368
3.1. A ação de responsabilidade civil e a legitimidade de agir no microsistema da Lei 6.404/76	368
3.2. A legitimação para agir e o interesse tutelado na ação social.....	369
3.3. Concorrência das ações do substituto processual e do titular do direito substancial controvertido	372
4. Arbitragem e devido processo legal.....	374
4.1. O juiz natural e o devido processo legal	375
4.2. A importância da escolha do árbitro pelas partes na arbitragem	376
5. Conclusão	378
6. Referências.....	380

XVIII. O Dever de Revelação dos Árbitros à Luz do Princípio da Imparcialidade, 383

Jorge Tosta

1. O dever de revelação na Lei de Arbitragem.....	383
2. O dever de revelação do árbitro em caso de “dúvida justificada” quanto à sua imparcialidade e independência.....	385
3. O dever ético de revelação dos árbitros e o dever das partes de se informar sobre eventuais fatos que possam comprometer a isenção e imparcialidade dos árbitros.....	390

4. O Enunciado 110 da II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial do Conselho da Justiça Federal	393
5. O dever de revelação no projeto de Lei nº 3.293/2021	397
6. Quebra da independência e imparcialidade do árbitro: decisões anteriores relativas ao mesmo objeto da arbitragem	399
7. Quebra da independência e imparcialidade do árbitro: atuação anterior do árbitro como advogado de uma das partes ou como parecerista em favor de uma das partes ou de seus advogados	400
8. Bibliografia	401

XIX. Seguro Garantia Arbitral na Arbitragem com a Administração Pública, 403

José Américo Zampar Júnior e Juliana Carolina Frutuoso Bizarria

Introdução	403
1. Arbitragem e Administração Pública	404
2. Tutelas provisórias nas arbitragens com a Administração Pública.....	410
3. Aplicação do seguro garantia arbitral nos procedimentos arbitrais envolvendo a Administração Pública e a concessão de tutelas provisórias.....	411
Considerações finais	416
Referências	416

XX. A Taxatividade Mitigada do Rol do Artigo 32 da Lei de Arbitragem (nº 9.307/96) na Solução de Controvérsias nos Contratos de Seguro, 419

Júlio César Guzzi dos Santos

Introdução	419
1. Do Cabimento da Ação Anulatória	420
2. Do Contrato de Seguro	420
3. Das Invalididades Processuais	421
4. Para além de hipóteses do rol do artigo 32 da Lei nº 9.307/96.....	422
Considerações Finais.....	427
Referências	427

XXI. Ensaio sobre a Vinculação da Seguradora à Cláusula Compromissória de Arbitragem, à Luz do Artigo 786 do Código Civil e da Jurisprudência do STJ e do TJSP, 429

Ana Paula Plazza Aguilár e Lucas Henrique de Lucia Gaspar

Introdução	429
1. Breve elucidação de saberes basilares à problemática em comentário.....	430
2. Entendimento pela vinculação da seguradora à cláusula compromissória devido à sub-rogação imposta pelo artigo 786, do CC.....	432
3. Entendimento pela não vinculação da seguradora à cláusula compromissória e conseqüente competência do Poder Judiciário.....	440
4. Análise da jurisprudência do TJSP sobre a controvérsia em questão.....	446
Considerações finais	449
Referências	450

XXII. Jurisdição Judicial e Jurisdição Arbitral: Entre Exigir Contas ou Realizar Convenções Processuais para Fixar o Valor da Indenização Securitária, 453

Lucio Picanço Facci e Fernando Gama de Miranda Netto

1. Introdução	453
2. O procedimento de exigir contas no vigente Código de Processo Civil.....	453
3. Seguro como contrato e os seus principais elementos	456
4. Interesse de agir do segurado em ajuizar ação sob o procedimento especial de exigir contas	457
5. Alternativas ao procedimento: convenções processuais	460
6. Considerações finais.....	465
Referências	466

XXIII. Reflexões em Torno da Cláusula Compromissória em Contrato de Seguro, 467

Lucio Picanço Facci e Fernando Gama de Miranda Netto

1. Introdução	467
2. A arbitragem brasileira: natureza jurisdicional.....	467
3. Arbitragem e meios colaborativos de resolução de conflitos	472
4. Acordos quanto aos procedimentos jurisdicionais.....	473
5. Direito do seguro: transversalidade e interdisciplinariedade	476
6. Seguro como contrato: estrutura fundamental	477

7. Convenção de arbitragem	478
8. Cláusula compromissória em contrato de seguro: aspectos sensíveis.....	479
9. Considerações finais.....	483
Referências	484

XXIV. Validade da Convenção de Cláusula Arbitral em Contratos de Seguros de Riscos de Engenharia: Uma Visão Doutrinária e Jurisprudencial, 487

Marcelo Barreto Leal

Introdução	487
1. O contrato de seguro como instrumento de gestão de risco.....	487
2. O contrato de seguros de riscos de engenharia	493
3. Princípio da Boa-fé como Mecanismo de Eficiência na Esfera dos Contratos de Seguro	494
4. A Cláusula de Arbitragem nos Contratos de Riscos de Engenharia – formatação e questionamentos	500
Considerações finais	508
Referências Bibliográficas.....	508
Acórdãos.....	509

XXV. Contrato de Seguro Coletivo e a Relação Laboral. Validade de Cláusula Arbitral Pactuada por Empregado Hipersuficiente. Conflito de Competência entre Juízo Arbitral e Trabalhista, 511

Marcelo Miranda Caetano

I. Introdução	511
II Desenvolvimento	512
II.1. Contrato de seguro coletivo e a relação empregatícia.....	512
II.2. Contrato de seguro coletivo e a competência da Justiça do Trabalho.....	514
II.3. Empregado hipersuficiente e a pactuação de cláusula compromissória de arbitragem	515
II.4. Conflito de competência. Juízo arbitral e trabalhista.....	518
III. Considerações finais	520
Bibliografia	521

XXVI. Extensão da Cláusula Arbitral à Seguradora Sub-Rogada, 523*Márcio Souza Guimarães*

1. Introdução	523
2. Eficácia Subjetiva das cláusulas arbitrais	524
3. A cláusula arbitral e a sub-rogação do segurador nos contratos de seguro	527
4. Necessária análise de riscos da seguradora	532
5. Anuência tácita da cláusula compromissória	533
6. Considerações Finais	534
Referências	534

XXVII. Arbitragem Ad Hoc e Seguros, 537*Maurício Conde Tresca*

1. Introdução	537
2. Arbitragem: Arbitragem Institucional e Arbitragem Ad Hoc	540
3. Arbitragem Ad Hoc: restrições e vantagens. Foco no árbitro	543
4. Arbitragem ad hoc na Indústria de seguros: ARIAS-US um modelo a estudar.....	547
5. Conclusão	551
6. Referências.....	552

XXVIII. Arbitragem de Equidade no Contrato de Seguro, 553*Maurício Salomoni Gravina*

Introdução	553
Aspectos históricos	554
Natureza jurídica	562
Pressupostos de arbitragem no direito comparado	565
Considerações finais	569
Referências	571

**XXIX. Contratos de Seguro, Arbitragem e Administração Pública:
Busca de Meios Seguros e Eficientes de Recompôr Prejuízos
Causados à Administração Pública e aos Administrados, 573***Nathaly Campitelli Roque*

1. Introdução	573
2. Arbitragem e Administração Pública: seu regime jurídico na atual redação da Lei nº 9.307/1996, trazida pela Lei nº 13.129/2015	574

3. Seguros e Fazenda Pública: seu regime jurídico, segundo a jurisprudência e as normas aplicáveis.....	579
4. Seguro e Arbitragem: Admissibilidade	582
5. Contratos de seguro, Arbitragem e Administração Pública: um meio seguro e eficiente de recompor prejuízos causados à Administração Pública e aos administrados?	585
6. Considerações finais.....	587
Referências	588

XXX. O Contrato de Seguro, 589

Paulo Dias de Moura Ribeiro

1. Agradecimento inicial.....	589
2. Apresentação.....	589
3. Precedentes da Terceira Turma do STJ	593
5. Conclusão	600
6. Bibliografia	600

XXXI. A Ilegalidade da Cláusula de Imposição de Foro Estrangeiro (Compromisso Arbitral) no Contrato Internacional de Transporte Marítimo de Carga: A Proteção do Contratante Débil, da Vítima do Dano e/ou do Segurador Sub-Rogado, 603

Paulo Henrique Cremonese

I. Introdução.....	603
II. O contrato internacional de transporte marítimo de cargas e as cláusulas abusivas: A ilegalidade da cláusula de imposição de foro do armador ou de arbitragem sem prévia, formal e livre aquiescência do dono de carga	607
III. Conclusão.....	617
Bibliografia	619

XXXII. Cláusula Compromissória, Sub-Rogação nos Contratos de Seguro e o Superior Tribunal de Justiça, 621

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. Introdução: a “extensão” da cláusula compromissória	621
2. Sub-rogação nos contratos de seguro.....	622
3. Julgamento da SEC 14.930 / US no Superior Tribunal de Justiça.....	623

4. Comentários ao julgado do Superior Tribunal de Justiça e posição da doutrina no tema.....	626
5. Conclusão	630
6. Bibliografia	631

XXXIII. O Seguro Garantia Arbitral como Instrumento Garantidor da Eficácia da Decisão do Árbitro, 633

Rennan Faria Krüger Thamay e Bruno Campos Silva

1. Introdução	633
2. As decisões acerca das tutelas provisórias proferidas pelo árbitro.....	633
3. O seguro garantia arbitral para a eficácia das decisões do árbitro.....	644
4. Conclusão	646
5. Referência bibliográfica.....	647

XXXIV. Seguro-Garantia e Arbitragem na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 649

Ronaldo Guimarães Gallo

1. Introdução	649
2. A função do contrato de seguro: estabilidade.....	649
3. As <i>garantias</i> , o seguro-garantia e a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	652
4. O Sistema de Justiça Brasileiro e os métodos de resolução de conflitos.....	659
5. Arbitragem como método de resolução de conflitos nos contratos administrativos <i>caucionados</i> por seguro-garantia.....	662
6. Considerações finais.....	665
Referências	666

XXXV. A Convenção de Arbitragem e as Especificidades do Setor de Seguros e Resseguros, 667

Sergio Ruy Barroso de Mello

1. A Convenção de Arbitragem	667
1.1. Cláusula compromissória nos contratos de seguro e resseguro.....	667
1.2. Condições de validade da cláusula compromissória no seguro/resseguro.....	671
1.2.1. Condições de forma	671
1.2.2. Arbitrabilidade.....	672

1.3. Efeitos da cláusula compromissória nos contratos de seguro/resseguro	673
1.3.1. Efeito dispositivo	673
1.3.2. Efeito constitutivo	674
1.4. Enquadramento da cláusula compromissória na categoria de negócio jurídico	675
1.5. Distinção entre cláusulas compromissórias “cheias” e “em branco”	677
1.5.1. Instauração da instância a partir de cláusula em branco	677
1.5.2. Operacionalidade da cláusula compromissória cheia na instauração da instância	679
2. Especificidades práticas da arbitragem no seguro	680
3. A arbitragem interna e internacional diante das relações ressecuritárias	688
4. Arbitragem e sub-rogação do segurador	689
5. Cláusulas multiparte, o cosseguro e o corresseguo	691
6. Tribunais internacionais de arbitragem em seguro e resseguro.....	692
7. Conclusão	694
8. Referências.....	695

XXXVI. Arbitragens Ressecuritárias Multiparte: Aspectos Controvertidos, 697

Victor Willcox e Pedro Ivo Mello

1. Considerações iniciais: o contrato de resseguro e sua formação	697
2. Principais normas aplicáveis ao resseguro	698
3. Principais tipos de contratos de resseguro e suas consequentes alocações de responsabilidade	704
4. Arbitragem ressecuritária e seus principais desafios	707
5. Conclusão	722
Referências	723

XXXVII. Arbitragem como Forma de Solução de Conflitos nos Contratos de Resseguro, 725

Viviane Rosolia Teodoro

1. Introdução	725
2. Contrato de resseguro	725
3. Arbitragem	729
4. A lei brasileira de arbitragem (lei 9.307/96).....	731

5. Arbitragem como forma de solução de conflitos nos contratos de resseguro	732
6. Considerações finais.....	737
7. Referências.....	739
Outros sites consultados	740